



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISMÊNIA BARBOSA DE OLIVEIRA LIMA COSTA

**RETIRADA DE CUBA DA LISTA DE PATROCINADORES DO
TERRORISMO E IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA INTERNACIONAL**

**JOÃO PESSOA
2016**

ISMÊNIA BARBOSA DE OLIVEIRA LIMA COSTA

**RETIRADA DE CUBA DA LISTA DE PATROCINADORES DO
TERRORISMO E IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB,
como requisito à parcial obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.
Área de concentração: Relações Internacionais

Orientadora: Profa. Me. Jeane Silva de Freitas.

JOÃO PESSOA
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837r Costa, Ismênia Barbosa de Oliveira Lima
Retirada de Cuba da lista de patrocinadores do terrorismo e implicações na política internacional [manuscrito] / Ismênia Barbosa de Oliveira Lima Costa. - 2016.
30 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Jeane Silva de Freitas, Departamento de Relações Internacionais".

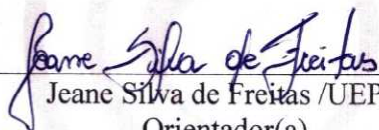
1. Terrorismo. 2. Cuba. 3. Política Internacional. I. Título.
21. ed. CDD 327.117

ISMÊNIA BARBOSA DE OLIVEIRA LIMA COSTA

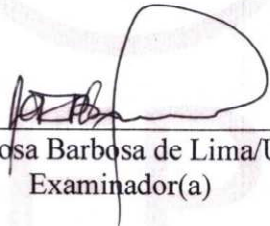
RETIRADA DE CUBA DA LISTA DE PATROCINADORES DO TERRORISMO E
IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

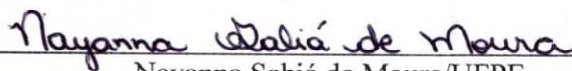
Aprovado(a) em 21 / 10 / 2016.


Jeane Silva de Freitas /UEPB

Orientador(a)


Luiza Rosa Barbosa de Lima/UEPB

Examinador(a)


Nayanna Sabiá de Moura/UFPE

Examinador(a)

A minha família e amigos, alicerces para todos os momentos e conquistas.

AGRADECIMENTOS

Sinto que estou colhendo os primeiros frutos na caminhada da vida, que se encontra apenas com um de seus passos iniciais vencidos. Olhar para trás com contentamento ao encontrar provas indeléveis de que fui auxiliada e estimulada a ir adiante de diversas formas.

Á Deus, que nunca me desamparou a mercê dos obstáculos que tive que enfrentar. Á meus familiares que acenderam suas luzes para que eu pudesse ter um referencial e farol, “de onde eu vim” e um norte “para onde eu pretendo ir”, tudo a partir do exemplo que eles me dão.

Á meus amigos e colegas formandos que, com seus exemplos de perseverança me mantiveram alerta e constante, de pé na luta contra o cansaço e o desânimo, os quais insistiam em bater à minha porta, tentando me fazer parar.

Agradeço de forma especial e carinhosa à minha orientadora Profa. Me. Jeane Silva de Freitas e a Profa. Dra. Luiza Rosa Barbosa de Lima e Profa. Me. Nayanna Sabiá de Moura, pelo imensurável suporte na construção e na avaliação de meu escrito final no curso e, finalmente, a todos que de qualquer forma, por orações, conselhos, conversas, palavras, simples sorrisos ou olhares, me mostraram que a vida, mesmo recheada de obstáculos a serem vencidos, é bela e vale muito apenas ser vivida e conquistada... passo a passo... degrau a degrau.

“There is no good and evil, there is only power and those too weak to seek it.”

[J.K. Rowling, Harry Potter and the Sorcerer's Stone]

(Harry Potter, #1)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	CONCEITUALIZAÇÃO DE TERRORISMO.....	08
3	HISTÓRICO: CUBA VERSUS ESTADOS UNIDOS.....	11
3.1	Inserção de Cuba na Lista de Patrocinadores do Terrorismo.....	14
4	OBAMA E RAUL CASTRO	18
5	IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA INTERNACIONAL.....	21
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
7	REFERÊNCIAS	27

RETIRADA DE CUBA DA LISTA DE PATROCINADORES DO TERRORISMO E IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Ismênia Barbosa de Oliveira Lima Costa¹

RESUMO

O trabalho objetiva analisar quais os impactos internos e externos advindos da retirada de Cuba da lista de patrocinadores do terrorismo e quais as implicações desta ação para a Política Internacional. A problemática incide no fato de que o terrorismo internacional é visto como uma das formas utilizadas pelos Estados e atores (organizações, governos, instituições) em busca de seus objetivos. Para tanto, inicialmente, abordaremos brevemente a conceptualização do terrorismo e seu poder de influência no âmbito da Política Internacional; segundo, traçaremos o histórico de Cuba na lista de países patrocinadores do terrorismo, bem como o histórico de suas relações diplomáticas com os Estados Unidos; por fim, analisaremos a situação atual em que se encontram essas relações diplomáticas entre os referidos Estados após a retirada de Cuba da lista de países patrocinadores e quais as implicações desta retirada na Política Internacional. A metodologia utilizada nesse estudo se pauta em pesquisas bibliográficas relativas às temáticas mencionadas, com ênfase no método qualitativo e estudo caso para estabelecer um maior diálogo entre a teoria e a prática.

Palavras-Chave: Terrorismo. Cuba. Política Internacional.

1. INTRODUÇÃO

A natureza da Política Internacional advém das relações e dos interesses dos atores no Sistema Internacional e, desta forma, possui a configuração de poder enraizada nesse conceito, uma vez que o poder está atrelado às análises de Política Internacional. Desta forma, a Política Internacional estuda se há consenso nas relações/interações entre os Estados/atores. Esse norte é apontado por Thalheimer quando afirma:

Houve um entrelaçamento tão estreito das políticas externa e interna, realmente uma espécie de fusão dos dois âmbitos, como nunca antes ocorrera, abstraída a época das guerras napoleônicas, ou seja, da revolução burguesa. Em ambos os campos principais da política internacional o objetivo é orientar e moldar as condições sociais, econômicas e políticas de cada estado dominado, ou fortemente influenciado, no sentido do seu próprio sistema social [grifo do autor] (THALHEIMER, 1946).

Segundo Baldwin (2002, p. 238), o poder pode ser medido em termos de capacidade e toda política envolve poder, mas isso não significa que seja apenas sobre poder, pois o poder

¹ Aluna de Graduação em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba – Campus V.
Email: ismenia__barbosa@hotmail.com

vai além dos Estados e está principalmente atrelado ao domínio (que seria o quão grande é a capacidade de um ator influenciar outro ator), escopo (como o comportamento de um ator é afetado pelo comportamento de outro), peso (a probabilidade de um ator ser afetado por outro), custos (o custo dos atores são relevantes para exercer influência), e meios (meios de influência que incluem as categorias: simbólica, econômica, militar e diplomática).

Ou seja, pode-se perceber que o poder nem sempre está atrelado ao país com mais mecanismos financeiros ou ao país com maiores recursos militares, etc. Inclusive porque Baldwin explana que quanto menos custos o ator tem para influenciar, mais influência de fato ele tem. Visto dessa forma, o terrorismo internacional adentra como uma das formas de exercer poder e de constranger Estados dentro do sistema internacional. Neste sentido, o pensamento de Ezeldin ratifica o ponto em:

O resultado desejado é espalhar um estado de pânico para influenciar a decisão política. O efeito psicológico, não a vítima, é o alvo, porque os actos terroristas são direccionados para adversários políticos, não para indivíduos. As vítimas carregam a mensagem que todos os lugares e todas as pessoas estão sujeitas a ataques (EZELDIN, 1987).

Esse estudo tem como objetivo fazer uma análise sobre o que significa, de fato, a retirada de Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo, uma vez que a lista, provida pelos Estados Unidos da América, trata-se de uma listagem dos países que “repeatedly provided support for acts of international terrorism” (COUNTRY REPORTS ON TERRORISM, 2013).

De início, trabalharemos o conceito de terrorismo e seu poder de influência no âmbito da Política Internacional; após, traçaremos o histórico de Cuba na lista de países patrocinadores do terrorismo, bem como o histórico de suas relações diplomáticas com os Estados Unidos; finalizando com a análise da situação atual em que se encontram essas relações diplomáticas entre os referidos Estados após a retirada de Cuba da lista de países patrocinadores, e quais as implicações desta retirada na Política Internacional.

2. CONCEITUALIZAÇÃO DE TERRORISMO

A concepção de terrorismo ainda não é totalmente definida pelos pesquisadores da área, não existindo, destarte, uma definição específica. Entretanto, um dos conceitos mais aceito no meio acadêmico é de que:

Terrorismo é definido pela natureza do ato, não pela identidade dos autores ou a natureza da causa. O terrorismo é violência, ou a ameaça de violência, calculado para criar uma atmosfera de medo e alarme. Esses atos são projetados para coagir os outros em ações que eles de outra forma não tomariam ou abster-se de ações que desejavam tomar (HOFFMAN e HOFFMAN apud OUELLET, 2006).²

O Terrorismo Internacional é uma das formas utilizadas por Estados e atores (organizações, governos, instituições) na busca de seus objetivos. Por estes motivos, pode-se considerar o terrorismo como parte da Política Internacional, uma vez que busca fazer uma análise acerca da capacidade de influência do terrorismo e como ela se dá na configuração de poder no sistema global. Pode-se dizer que

O terrorismo é uma forma de ação política que se alimenta de um jogo de forças. Ressalvado o terror de Estado, isto é, o terror praticado pelo poder instituído, o terrorismo é um jogo de violência contra a ordem instituída. Mede forças contra a ordem. (...) o terrorismo usa da força aleatória e difusa. É como se o cordeiro, impotente perante o lobo, comesse pelas beiradas (HUSEK, 2007, p.161).

Assim, temos o poder como a moeda de troca da política internacional, e temos a capacidade de influência atrelada ao que possui mais poder. No caso dos países patrocinadores do terrorismo, esse poder advém do ato do controle, financiamento, treinamento ou da concessão de refúgio aos terroristas.

Tendo em vista a preocupação com o terrorismo no âmbito global, principalmente, após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, o país passou a buscar de forma veemente uma “guerra contra o terrorismo”, tornando-se uma prioridade em sua política de segurança internacional. Um dos meios para combater o terrorismo vem sendo a emissão de relatórios anuais que buscam fazer um apanhado global em reportar ações de terrorismo. O relatório se chama *Country Reports on Terrorism*, que vem sendo formulado desde 2004, substituindo o *Patterns of Global Terrorism*.³

A substituição se fez necessária porque, quando o relatório de 2004 foi lançado, muitos erros foram notados. O relatório não listava, por exemplo, todos os ataques considerados terrorismo naquele ano, e, mesmo com correções feitas posteriormente, as mesmas não foram suficientes para aplacar as críticas de que o Departamento de Estado estava falhando na Guerra ao Terror. Portanto, no ano seguinte, o Departamento de Estado

² Terrorism is defined by the nature of the act, not by the identity of the perpetrators or the nature of the cause. Terrorism is violence, or the threat of violence, calculated to create an atmosphere of fear and alarm. These acts are designed to coerce others into actions they would otherwise not undertake or refrain from taking actions that they desired to take (HOFFMAN e HOFFMAN apud OUELLET, 2006).

³ Site do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/>>.

anunciou a troca de relatórios, justificando oficialmente que o *Patterns of Global Terrorism* estava ultrapassado e o novo relatório continha melhores métodos de coleta de informações.

O *Country Reports on Terrorism* é o documento no qual se encontram, além da avaliação estratégica terrorista e dos programas/iniciativas contra-terrorismo, a lista de países patrocinadores para tal prática. Segundo o *Country Reports on Terrorism* de 2015 (o mais atual até o momento) há ainda três definições para classificação do terrorismo: o terrorismo internacional; o terrorismo; e grupo terrorista:

(1) O termo "terrorismo internacional" significa terrorismo envolvendo cidadãos ou território de mais de um país; (2) o termo "terrorismo" significa premeditada, violência politicamente motivada perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos; e (3) o termo "grupo terrorista" significa qualquer grupo praticante, ou que tenha subgrupos significativos que praticam terrorismo internacional (ESTADOS UNIDOS, 2013).⁴

Em termos de exemplos acerca do supracitado, podemos analisar o caso dos Estados Unidos com a Al Qaeda. O terrorismo internacional seria o terrorismo que envolve os Estados Unidos e o Irã; o terrorismo, por sua vez, seria a violência e os atentados praticados entre os dois países; e um grupo terrorista que pode ser citado é a Al-Qaeda, responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001.⁵

Essa lista existe e se faz necessária, pois o terrorismo quando patrocinado pelo Estado é entendido como arma de conflito interestatal e “o Estado é considerado patrocinador quando controla, financia, treina e/ou oferece refúgio aos terroristas” (POLETTO, 2009, p. 33).

No último *Country Reports on Terrorism* em que Cuba estava listada como país patrocinador do terrorismo (2014), lia-se no documento que um país era assim considerado quando proporcionava apoio para atos de terrorismo internacional e, com isso, era punido com sanções que: proibiam a exportação e venda de armas; proibiam assistência econômica; controlavam a exportação de produtos de dupla utilização; e impunham restrições financeiras.⁶ Contudo, é necessário entender o histórico entre Cuba e Estados Unidos para

⁴ (1) the term “international terrorism” means terrorism involving citizens or the territory of more than one country; (2) the term “terrorism” means premeditated, politically motivated violence perpetrated against non-combatant targets by subnational groups or clandestine agents; and (3) the term “terrorist group” means any group practicing, or which has significant subgroups which practice, international terrorism (ESTADOS UNIDOS, 2013).

⁵ On September 11, 2001, 19 AQ members hijacked and crashed four U.S. commercial jets – two into the World Trade Center in New York City, one into the Pentagon, and the last into a field in Shanksville, Pennsylvania. Nearly 3,000 civilians, police, and first responders were killed. The dead included Americans and foreign citizens from at least 77 countries (ESTADOS UNIDOS, 2015).

⁶ To designate a country as a State Sponsor of Terrorism, the Secretary of State must determine that the government of such country has repeatedly provided support for acts of international terrorism. Once a country is designated, it remains a State Sponsor of Terrorism until the designation is rescinded in accordance with

aprofundar o entendimento sobre a retirada do país caribenho da lista de patrocinadores do terrorismo e quais as implicações disto para a política internacional.

3. HISTORICO: CUBA *VERSUS* ESTADOS UNIDOS

Durante muito tempo os pressupostos norte-americanos foram tidos como fator decisório para que Cuba fizesse parte da lista, além também do fato de que Cuba e Estados Unidos eram inimigos declarados desde 1960, no período em que Estados Unidos (capitalistas) e União Soviética (comunista, a quem Cuba se aliou) pleiteavam a supremacia global.

Importante fazer um resgate histórico das relações interamericanas anteriores à 1945, que foram marcadas, principalmente na região caribenha, por uma intervenção direta dos Estados Unidos, além de atuações indiretas, pressões econômicas e favorecimento a determinados grupos políticos. A independência de Cuba teve atuação direta dos Estados Unidos, que adquiriram o controle direto sobre o país através da Emenda Platt.⁷ Cuba permanecia em grande medida controlada, se mantendo assim até a revolução em 1959.

Portanto, a revolução de Fidel e seus desdobramentos tinham, além da ruptura com esse controle e hegemonia estadunidense, um contorno de derrota ou desvantagem no contexto da Guerra Fria, por se tratar de uma ameaça muito próxima fisicamente e que mudava o panorama geográfico da confrontação bipolar.

A recente e aclamada restauração das relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos, em 20 de julho de 2015, torna real o que antes parecia impossível, considerando a prévia afirmação de que os Estados haviam cortado relações com Cuba, logo após Fidel Castro, presidente Cubano, aliar-se à União Soviética em plena Guerra Fria.

O interesse dos EUA para com Cuba remonta à 1854 quando uma proposta secreta conhecida como “Manifesto Ostend”⁸ foi concebido por diplomatas estadunidenses interessados em adicionar um “estado escravo” à União. O documento propôs a aquisição do estado Cubano da Espanha (de quem Cuba era colônia na época) por 130 milhões de dólares.

statutory criteria. A wide range of sanctions are imposed as a result of a State Sponsor of Terrorism designation, including: · A ban on arms-related exports and sales; · Controls over exports of dual-use items, requiring 30-day Congressional notification for goods or services that could significantly enhance the terrorist-list country’s military capability or ability to support terrorism; · Prohibitions on economic assistance; and · Imposition of miscellaneous financial and other restrictions (ESTADOS UNIDOS, 2014).

⁷ A chamada **Emenda Platt** foi um dispositivo legal, inserido na Carta Constitucional de Cuba, que autorizava os Estados Unidos a intervir naquele país a qualquer momento em que interesses recíprocos de ambos os países fossem ameaçados.

⁸ The Ostend Manifesto

Neste mesmo documento, ameaçava-se que, em caso de rejeição da proposta por parte da Espanha, uma guerra far-se-ia necessária.⁹

Tal aquisição não ocorreu e, em meados de 1877, os americanos já compravam 83% das exportações totais de Cuba. Durante esse período, Anthony Trollope observou que “O comércio do país está caindo nas mãos de estrangeiros, Havana brevemente será tão americana quanto New Orleans”¹⁰. Foram interesses desta natureza que levaram os EUA a apoiarem financeiramente Cuba em suas guerras visando a independência da Espanha. Não se deve esquecer que os Estados Unidos intervieram militarmente em assuntos cubanos (1906 – 1909, 1912 e 1917 – 1922).

Antes da revolução cubana, que levou ao governo de Fidel Castro, os Estados Unidos possuía tamanha influência em Cuba que o embaixador americano era o segundo homem mais importante do país, por vezes até mais importante que o próprio presidente cubano.

O novo governo cubano pós-revolução foi oficialmente reconhecido pelo presidente Dwight Eisenhower em 1959, o que não impediu uma deterioração das relações entre os dois governos. Essa tensão progrediu chegando ao ponto dos EUA treinarem guerrilheiros (cubanos refugiados) no sentido de depor Castro e de planejarem atentados contra a vida do próprio Castro entre 1960 e 1965 de acordo com a Inteligência Americana.¹¹

Oficialmente, por volta do final dos anos 50 e início dos anos 60, após um encontro entre Castro e Richard Nixon (vice-presidente estadunidense da época), Castro delineou seus planos de reforma para Cuba, os Estados Unidos passaram a impor graduais restrições de comércio na ilha. Que foram mantidas até que o presidente John F. Kennedy, em 1962, ampliou as restrições iniciadas por Eisenhower, banindo quase que completamente o comércio com Cuba. Um ano depois, as viagens e transações financeiras pelos cidadãos americanos com Cuba foram proibidas. O embargo Estadunidense contra Cuba variou continuamente ao longo dos anos e continua ativo até os dias de hoje.

É interessante observar que essa visão tão radical do relacionamento EUA X Cuba não foi sempre adotada e incentivada por seus protagonistas, um exemplo disso é o de John F.

⁹ It is certain that, should the Cubans themselves organize an insurrection against the Spanish government, and should other independent nations come to the aid of Spain in the contest, no human power could, in our opinion, prevent the people and the government of the United States from taking part in such a civil war, in support of their neighbors and friends.

¹⁰ "The trade of the country is falling into the hands of foreigners, Havana will soon be as American as New Orleans" Perez, Jr, Louis A (6 March 2001). "On Becoming Cuban". Harper Collins.

¹¹ United States Senate Select Committee on Intelligence

Kennedy, que quando ainda candidato à presidência, acreditava que a política de Eisenhower dirigida à Cuba era equivocada, uma vez que sua visão era de que o governo dos EUA dominava a economia de Cuba e haviam apoiado a ditadura nefasta de Batista. Ao mesmo tempo em que se utilizava de sua influência para promoção dos interesses do capital privado norte-americano, ao contrário de ajudar Cuba no alcance de progressos econômicos.

Já em 1964 Fidel Castro se comunicava com o presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson como forma de incentivar um diálogo, senão vejamos:

“Eu realmente espero que Cuba e os Estados Unidos possam, eventualmente, respeitar e negociar nossas diferenças. Eu acredito que não existam áreas de contenção entre nós que não possam ser discutidas e resolvidas dentro de um clima de entendimento mútuo. Mas primeiro, claro, é necessário discutir nossas diferenças. Eu agora acredito que essa hostilidade entre Cuba e os Estados Unidos é tanto antinatural e desnecessária – e pode ser eliminada” (Castro, 2014)¹²

Sob o governo de Jimmy Carter, dez anos depois (1974), representantes eleitos dos Estados Unidos começaram a visitar a ilha e, três anos mais tarde, ainda durante a administração do presidente Carter, ambos os Estados abriram simultaneamente, cada um na capital do outro, sessões de interesses comuns; mas em 1981, já durante a administração de Ronald Reagan, houve um novo endurecimento no embargo.

O fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética (fim dos anos 80, início dos anos 90), deixou Cuba sem seu maior “patrocinador” internacional e em 1999, com Bill Clinton como presidente norte-americano, as restrições de viagens a Cuba foram “aliviadas” e houve esforços para troca de conhecimentos culturais entre as duas nações. Clinton também foi responsável por dois jogos de beisebol amistosos que aconteceram em solo Cubano com uma equipe da Major League americana, como ato de “propaganda” das novas intenções americanas.¹³

Com isso, na Cúpula do Milênio das Nações Unidas em setembro de 2000, foi possível que Castro e Clinton participassem de fotos conjuntas nas quais, inclusive, apertaram as mãos. Este ano foi, segundo o secretário geral da ONU (Kofi Annan), interpretado como uma grande

¹² “I seriously hope that Cuba and the United States can eventually respect and negotiate our differences. I believe that there are no areas of contention between us that cannot be discussed and settled within a climate of mutual understanding. But first, of course, it is necessary to discuss our differences. I now believe that this hostility between Cuba and the United States is both unnatural and unnecessary – and it can be eliminated.” (“Message from Castro to Lyndon B. Johnson, 1964”. Historyofcuba.com. Retrieved 21 December 2014).

¹³ WALDSTEN, David. When MLB Broke the Ice With a Game in Havana. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2016/03/21/sports/baseball/when-mlb-broke-the-ice-with-a-game-in-havana.html>. Acesso em Setembro 2014.

conquista simbólica, posto que, dentro de 40 anos foi a primeira vez que os presidentes das duas nações apertaram mãos.¹⁴ A este acontecimento sucederam-se dois fatos: a volta de empresas americanas fornecendo produtos alimentícios para Cuba (pela primeira vez desde que foi imposto o embargo de negócios) e a visita do ex-presidente Jimmy Carter a Cuba (evento que não acontecia desde 1928).¹⁵

Sendo assim, percebe-se que os governos EUA e Cuba se afastaram no período da Guerra Fria e o que sucedeu e intensificou esse afastamento foram as políticas/sanções aplicadas à Cuba pelos Estados Unidos. No entanto, a partir do governo do presidente norte-americano Barack Obama, iniciado em 2009, os Estados Unidos buscou de maneira mais consistente uma aproximação com o Estado cubano.

3.1. INSERÇÃO DE CUBA NA LISTA DE PATROCINADORES DO TERRORISMO

Segundo Mary Kaldor (1999), houve uma evolução no fenômeno da “guerra” entre o século XVII e XX, principalmente vinculado à globalização. A autora afirma que a violência passou por um processo de privatização onde o Estado não mais detém exclusivamente o monopólio do uso da força, nesse sentido, encaixa-se o terrorismo.

No entanto, a ideia de terrorismo, seus interessados, seus praticantes, seus patrocinadores e, via de consequência, um rol que os procure encerrar, não é coisa recente, senão vejamos o pensamento de Selis, Gallo e Maso:

O terrorismo, como acontecimento, está presente na história das sociedades. O uso de práticas que disseminam o medo por meio da violência descentralizada, que se dá contra alvos humanos e estruturas físicas e econômicas, já estavam presentes na Revolução Francesa em 1789, na Rússia a partir de 1917 ou nos campos de concentração nazistas em 1940 (DEGENSZAJN apud SELIS, GALLO; MASO, 2006).

No entanto, são múltiplas as acepções e categorizações admitidas em olhares mais detidos ao passado, uma vez que não há consenso na academia (e também entre os *policy makers*: mídia, chefes de Estado, opinião pública) acerca da natureza, métodos e motivações dos grupos terroristas. Em tal intencionalidade, reforça-se a vinculação da terminologia terrorismo aos sujeitos que o dimensionam, seus interesses e práticas sociais. (SELIS, GALLO; MASO, 2011)

¹⁴ “For a U.S. president and a Cuban president to shake hands for the first time in over 40 years—I think it is a major symbolic achievement” (Kofi Annan)

¹⁵ El ex presidente estadounidense James Carter iniciará hoy una histórica visita de cinco días a Cuba, con la que intentará ayudar a romper el hielo entre Washington y La Habana, enemigos políticos desde hace más de cuatro décadas. Se trata de la visita de mayor valor simbólico desde la que realizó el papa Juan Pablo II en 1998, ya que Carter es el primer ex presidente y la personalidad norteamericana de más alto rango que visita Cuba desde el triunfo de la revolución castrista, en 1959. (La Nación; 12 de Mayo de 2002)

A lista de países patrocinadores do terrorismo incluem os países que, segundo os Estados Unidos, dão qualquer tipo de apoio para atos de terrorismo internacional. Com a inclusão do nome na lista, são aplicadas sanções a estes países.

De acordo com o *Country Reports on Terrorism (2013)*, Cuba ainda estaria listada como um dos Estados Patrocinadores do Terrorismo, juntamente ao Irã, Sudão e a Síria. Cuba esteve nesta lista desde 1982, pois foi considerado um país que provê refúgio para membros da Basque Fatherland and Liberty (ETA)¹⁶ e Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC).¹⁷ Além disso, também facilitou viagens de representantes, prestações de apoio e atos cooperacionais gerais com essas instituições terroristas que, por sua vez, são consideradas terroristas porque os Estados Unidos denominou de grupo armado ilegal, e classificou como tal, por representar ameaças tanto no âmbito doméstico quanto internacional. Ainda de acordo com o documento supracitado sobre o porquê de Cuba se enquadrar nos critérios da lista:

Cuba tem provido há muito tempo refúgio seguro para os membros da Pátria Basca e Liberdade (ETA) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Relatórios continuaram a indicar que os laços de Cuba com o ETA tornaram-se mais distantes, e que cerca de oito das duas dúzias de membros do ETA em Cuba foram realocados com a cooperação do governo espanhol. Ao longo de 2013, o Governo de Cuba apoiou e acolheu negociações entre as FARC e o Governo da Colômbia destinados a intermediação de um acordo de paz entre os dois. O Governo de Cuba tem facilitado a viagem de representantes das FARC para Cuba para participar nessas negociações, em coordenação com representantes dos governos da Colômbia, Venezuela, e da Noruega, bem como a Cruz Vermelha (ESTADOS UNIDOS, 2013, p. 19).¹⁸

¹⁶ Designated as a Foreign Terrorist Organization on October 8, 1997, Basque Fatherland and Liberty (ETA) was founded in 1959 with the aim of establishing an independent homeland based on Marxist principles in the Spanish Basque provinces of Vizcaya, Guipuzcoa, and Alava; the autonomous region of Navarre; and the southwestern French territories of Labourd, Lower-Navarre, and Soule. (ESTADOS UNIDOS, 2015).

¹⁷ Designated as a Foreign Terrorist Organization on October 8, 1997, the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC) is Latin America's oldest, largest, most violent, and best-equipped terrorist organization. The FARC, founded in the 1960s, is responsible for large numbers of kidnappings for ransom in Colombia and, in past years, has held as many as 700 hostages. The FARC's capacity has been degraded by a continuing Colombian military offensive targeting key FARC units and leaders that has, by most estimates, halved the FARC's numbers – estimated at approximately 7,000 in 2015 – and succeeded in capturing or killing a number of FARC senior and mid-level commanders. In August 2012, the Colombian President announced that exploratory peace talks between the Colombian government and the FARC were underway. The formal talks began in Norway and moved to Cuba, where they continued through 2015. These talks are the first such peace negotiations in more than a decade, and the fourth effort in the last 30 years. Although the government and the FARC reached tentative, partial agreements on land reform, political participation, drug trafficking, and victims' rights (including transitional justice), no overall bilateral peace agreement had been concluded by the end of 2015. (ESTADOS UNIDOS, 2015).

¹⁸ Cuba has long provided safe haven to members of Basque Fatherland and Liberty (ETA) and the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC). Reports continued to indicate that Cuba's ties to ETA have become more distant, and that about eight of the two dozen ETA members in Cuba were relocated with the cooperation of the Spanish government. Throughout 2013, the Government of Cuba supported and hosted negotiations between the FARC and the Government of Colombia aimed at brokering a peace agreement between the two. The Government of Cuba has facilitated the travel of FARC representatives to Cuba to participate in these negotiations, in coordination with representatives of the Governments of Colombia, Venezuela, and Norway, as well as the Red Cross (ESTADOS UNIDOS, 2013, p. 19).

Não havia nenhuma indicação de que o governo cubano forneceu armas ou treino paramilitar à grupos terroristas. O governo cubano continuou a abrigar fugitivos procurados nos Estados Unidos. O governo cubano também prestou apoio, tais como moradia, livros de racionamento de alimentos e cuidados médicos para estes indivíduos (ESTADOS UNIDOS, 2013, p. 19).¹⁹

Ainda, no mesmo texto, se faz menção à relação ETA/Cuba, postulando:

Localização/Área de Atuação: o ETA atua principalmente nas regiões autónomas Bascas do norte da Espanha e sudoeste da França, mas atacou os interesses espanhóis e franceses em outros lugares. O grupo também mantém uma presença discreta em Cuba e Venezuela (ESTADOS UNIDOS, 2013, p. 19).²⁰

O mesmo documento norte americano do ano anterior, *Country Reports on Terrorism* (2012), fazia referência a expresso suporte Cubano às FARC, quando textualizava:

Financiamento e ajuda externa: Cuba forneceu algumas assistências médicas, abrigo seguro, e consultas políticas. As FARC costumam usar áreas de fronteira da Colômbia com a Venezuela, Panamá e Equador para incursões na Colômbia; e usaram território venezuelano e equatoriano para abrigo seguro (ESTADOS UNIDOS, 2012, p. 285).²¹

Tudo isso, apresenta-se como diametralmente oposto ao posicionamento formal de Cuba, por seu representante na ONU, quando se dirigindo à Assembleia Geral.

O representante de Cuba destacou em sua fala a falta de vontade política de certos poderes para aplicar com rigor, sem seletividade, os instrumentos jurídicos contra o terrorismo. Falou sobre a falta de uma definição de terrorismo de Estado, a qual considera indispensável; e que Cuba, mesmo tendo sido vítima de ataques terroristas por mais de quatro décadas, assinou e ratificou as convenções internacionais de combate; além de adotar uma lei nacional para esse combate e cooperar irrestritamente com o trabalho da comissão criada para fins de Conselho de Segurança, inclusive propondo, à administração norte-americana, uma implementação de um programa de luta contra o terrorismo, que foi inconcebivelmente rejeitado pelo governo.

¹⁹ There was no indication that the Cuban government provided weapons or paramilitary training to terrorist groups. The Cuban government continued to harbor fugitives wanted in the United States. The Cuban government also provided support such as housing, food ration books, and medical care for these individuals (ESTADOS UNIDOS, 2013, p. 19).

²⁰ Location/Area of Operation: ETA operates primarily in the Basque autonomous regions of northern Spain and southwestern France, but has attacked Spanish and French interests elsewhere. The group also maintains a low profile presence in Cuba and Venezuela (ESTADOS UNIDOS, 2013, p. 19).

²¹ Funding and External Aid: Cuba provided some medical care, safe haven, and political consultation. The FARC often use Colombia's border areas with Venezuela, Panama, and Ecuador for incursions into Colombia; and used Venezuelan and Ecuadorian territory for safe haven (ESTADOS UNIDOS, 2012, p. 285).

Qual é o resultado hoje? Há maiores sentimentos de ódio, vingança e insegurança, que não são úteis na luta contra o terrorismo. Perigosas tendências xenófobas e discriminatórias ameaçam a existência de um mundo plural e democrático. Houve um retrocesso no campo das liberdades públicas e dos direitos civis. (...) Até hoje, e apesar do fato de que não tenha desenvolvido e não ter intenção de desenvolver armas nucleares nunca, Cuba não foi um Estado parte no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, pois é um instrumento insuficiente e discriminatório que permite a formação de um clube de potências nucleares sem quaisquer compromissos concretos voltados ao desarmamento. No entanto, como um sinal da vontade política clara do governo cubano e seu compromisso com um processo de desarmamento eficaz que garanta a paz mundial, o nosso país decidiu aderir ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Ao fazer isso, reafirmamos a nossa esperança de que todas as armas nucleares serão totalmente eliminadas sob severa verificação internacional. Além disso, e apesar do fato de que a única potência nuclear nas Américas prossegue com uma política de hostilidade contra Cuba que não descarta o uso da força, Cuba também vai ratificar o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, conhecido como Tratado de Tlatelolco, que foi assinado pelo nosso país em 1995. (...) Somente sob a liderança das Nações Unidas seremos capazes de derrotar o terrorismo. Cooperação e não guerra é o caminho. A coordenação das ações e não a imposição é o método. [...] Cuba reitera a sua condenação do terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Cuba reitera que nunca permitirá que seu território seja utilizado para ações terroristas contra o povo dos Estados Unidos ou qualquer outro país (CUBA STATEMENT, 2002).

Já em 2001, na administração Bush, o subsecretário de Estado para o Controle de Armas e Assuntos de Segurança Internacional, John R. Bolton²², acusou Cuba de manter um programa de armas biológicas e afirmou que o governo de Castro fazia parte do “eixo do mal” da América, destacando, inclusive, as visitas de Castro à vários inimigos dos EUA, que incluía Líbia, Irã e Síria. Esses fatos serviram como base para que, em 2004, Bush declarasse que Cuba era um dos poucos “postos avançados da tirania” que restavam no mundo.

Em seguida, os Estados Unidos anunciaram que haviam criado grupos de trabalho inter-agência para monitoramento cubano. Esses grupos foram criados após 31 de julho de 2006 (data na qual Fidel Castro “cedeu” temporariamente a liderança de Cuba a um colegiado liderado por seu irmão Raul Castro). Mesmo com o anúncio em 2008 de Fidel Castro iria renunciar, os EUA continuaram a manter o embargo aplicado à Cuba.

Na contramão dessa visão, nota-se que desde 2003, foi formada uma Comissão para Assistência de uma Cuba Livre²³, que buscava formas com as quais o governo estadunidense pudesse auxiliar e acelerar a transição democrática em Cuba. Em 2004, nesta mesma comissão, o presidente Bush disse “Nós não estamos esperando o dia da liberdade de Cuba; estamos trabalhando para o dia da liberdade de Cuba”²⁴, reafirmando seu compromisso com

²² Under Secretary of State for Arms Control and International Security Affairs, John R. Bolton.

²³ United States Commission for Assistance to a Free Cuba.

²⁴ “We’re not waiting for the day of Cuban freedom; we are working for the day of freedom in Cuba.” (President Bush).

os cubano-americanos (em tempo para sua reeleição ainda em 2004). Também houve notícias de que, em 2006, esta comissão divulgou um relatório de 93 páginas, que incluía um plano que sugeria que os EUA gastasse 80 milhões de dólares para se certificar de que o sistema comunista cubano não continuasse após a morte de Fidel Castro.

4. OBAMA E RAUL CASTRO

Em um breve resumo, um conjunto progressivo de diversos outros eventos dentro do cenário internacional corroborou com a restauração diplomática. Todos esses eventos ocorridos em um “passado já a médio prazo”, senão vejamos:

O primeiro fato a ser considerado diz respeito à sucessão presidencial de ambos os Estados. Desde que Fidel Castro afastou-se da presidência de Cuba e Barack Obama foi eleito o presidente dos Estados Unidos, as relações entre os dois países vinha se restabelecendo. A partir de março de 2009, Obama enviou projetos de leis que “aliviavam” sanções econômicas e amenizavam as restrições de viagens aos cubano-americanos (definidos como pessoas com parentes próximos até o terceiro-grau do pretendente ao benefício) que desejassem viajar para Cuba.

Em abril, também de 2009, Obama instaurou uma política menos rígida com relação à Cuba, sob os argumentos de que estava aberto ao diálogo, mas que apenas suspenderia o embargo comercial caso Cuba passasse por uma mudança política. Essas foram apenas as primeiras de uma série de alterações a serem feitas na Política Externa norte-americana com relação ao Estado Cubano.

Na 5ª Cúpula das Américas, ainda em 2009, o presidente Obama sinalizou a abertura de “um novo começo” com Cuba e, seus atos foram mais tarde retribuídos pelo novo presidente cubano, Raúl Castro, que em 27 de julho de 2012 afirmou que o governo Cubano estava disposto à conversação com o governo Estadunidense para “discutir qualquer assunto”.

Através da nova política adotada pelo governo Obama, as restrições de viagens de americanos para Cuba foram significativamente minoradas (janeiro 2015), mas este progresso não se deu apenas no “nível pessoal”, visto que a importação limitada de itens cubanos (como charutos e rum) aos Estados Unidos foi permitida, bem como a exportação de tecnologias americanas para Cuba.

Em abril de 2015, o governo Obama anunciou que Cuba seria removida da “Lista de Patrocinadores do Terrorismo” elaborada pelos Estados Unidos. Esta providência deveria ser revista pela Câmara e pelo Senado, que poderiam ter bloqueado essa ação, no entanto, não o fizeram e assim, em 29 de maio de 2015, Cuba se viu oficialmente removida da lista de patrocinadores do terrorismo. O Departamento de Estado justificou que Cuba não proporcionou nenhum tipo de apoio ao terrorismo internacional nos seis meses passados, e nem dá indícios de que o fará no futuro. Também destacou que os Estados Unidos continuam tendo importantes preocupações e desacordos sobre uma ampla gama de políticas e ações de Cuba, mas estas estão fora dos critérios significantes para a designação do Estado como patrocinador do terrorismo.

Em sucessão (1 de julho de 2015), o presidente Obama anunciou que as relações diplomáticas entre as duas Nações seriam retomadas e que as embaixadas de Washington e Havana seriam reabertas. O dia 20 de julho, marca a data da abertura da embaixada Cubana em Washington e, concomitantemente, o mesmo ocorreu com embaixada norte-americana em Havana.

É cediço que há interesses comerciais (além de outros) por trás destas providências americanas “favoráveis” ao reatamento de relações com Cuba, pois sob as reformas das sanções²⁵ sobre as exportações dos Estados Unidos para Cuba, os produtos das indústrias de alimentos e produtos médicos foram permitidos a exportação, desde que com as devidas permissões e licenças dos departamentos americanos de comércio e tesouro.²⁶

Conforme mencionado anteriormente, desde 2009, o governo do presidente Obama começou a implementar uma política de menos restrições para com Cuba. Importante observar que Obama teve apoio eleitoral de cerca de metade dos votos dos cubano-americanos, o que desenha outro interesse guiando o assunto além do comercial, isto é: o degelo político.²⁷

Desde o dia 14 de abril de 2015, Cuba foi considerado um país “fora dos critérios relevantes” para permanecer na lista de países patrocinadores do terrorismo. A medida foi divulgada pela Casa Branca quatro meses após uma reaproximação entre as duas nações, após anos de ausência de relações diplomáticas.

De acordo com reportagem da BBC (2015) intitulada “EUA retiram oficialmente Cuba da lista de patrocinadores de terrorismo”, após a aprovação do Parlamento norte-americano,

²⁵ Trade Sanctions Reform and Enhancement Act of 2000.

²⁶ U.S. Department of Commerce and the United States Department of the Treasury.

²⁷ Cuban Thaw

foi anunciado no dia 29 de maio de 2015 a saída de Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo. Essa decisão tem impactos diretos aos Estados - a exemplo da possibilidade de Cuba de realizar transações bancárias em território norte-americano ou desse país exportar ou importar armas dos Estados Unidos - mas também possui impactos no âmbito externo com o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Algumas restrições já vinham sendo suavizadas desde 2009 com o governo de Barack Obama (como as restrições de viagens aos cubano-americanos), que contribuíram para que desde 17 de dezembro de 2014, os países anunciassem o reatamento das relações diplomáticas com atos de libertamento de um americano detido em Cuba e de três cubanos condenados por espionagem pelos Estados Unidos. Depois disso, os caminhos se abriram para que pudesse haver relações comerciais entre os países, no entanto, devido às diferenças profundas entre os Estados ainda há muito que ser levado em consideração, assim como para a retirada de Cuba da lista de países que patrocinam o terrorismo.

Cuba, há anos buscava sair da lista de patrocinadores do terrorismo e, na reunião de março de 2015 entre os países, foi mencionado que apesar de não haver pré-condições, este seria um problema a ser resolvido no processo, no sentido de que fossem restabelecidas as relações diplomáticas, inclusive para que posteriormente pudesse reabrir as embaixadas em Washington e em Havana. A diplomata cubana que se fazia presente na reunião, Josefina Vidal, explica que:

Para nós seria difícil de explicar que os laços foram restaurados enquanto Cuba permanece naquela lista, onde nós pensamos que nunca deveríamos ter sido colocados, é uma questão de ajustar à realidade e fazer justiça. Do ponto de vista moral e ético, é muito importante resolver este problema, para que quando restaurarmos as relações nós iniciemos uma verdadeira nova fase nas relações entre Cuba e os Estados Unidos em condições diferentes, em bases sólidas, que realmente representam uma mudança qualitativa no tipo de relação que ao longo destes últimos dias estamos discutindo (VIDAL, 2015).

As acusações feitas contra Cuba, que o colocavam em situação de país patrocinador do terrorismo, descritas no *Country Reports on Terrorism*, foram também levadas em consideração. Tendo em vista que alguns elementos fundamentais poderiam acabar com as distintas acusações, houve o pedido de revisão, seguido pela retirada de fato de Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo.

De acordo com a reportagem do Jornal Nacional, O Globo sobre Mundo (2015), o presidente Obama, ao certificar que o governo de Cuba não estava apoiando o terrorismo

internacional nos seis meses anteriores, reiterou que não iria apoiar atos de terrorismo internacional futuros.

Uma notícia recente publicada no sítio oficial do Ministério das Relações Exteriores de Cuba mostra que no dia 26 de junho de 2015 o ministro das Relações Exteriores, Bruno Rodríguez Parrilla, reuniu-se com o senador democrata estadunidense Patrick Leahy, do estado de Vermont; com o líder dos democratas no Comitê de Relações Exteriores do Senado, Benjamin Cardin, do estado de Maryland; e com o senador republicano do estado de Nevada, Dean Heller. Durante a reunião, foram levantados pontos relacionados com a política externa de Cuba, com o contexto atual que vincula Cuba aos Estados Unidos e o processo que está ocorrendo de restabelecimento das relações diplomáticas.

A administração Obama também suavizou restrições de viagens e, em fevereiro de 2014, o presidente Raul Castro foi chamado por uma delegação do congresso americano para discutir as relações bilaterais e as restantes restrições: de viagens e importações, as quais foram finalmente abrandadas, em 2015 como parte do “degelo cubano”. Tudo isso culminou com a visita feita pelo presidente Obama a solo Cubano em 20 de março de 2016, o primeiro presidente a fazê-lo em 80 anos.

5. IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Um dos grandes temas da Política Internacional é a Guerra e a Paz - temática também recorrente nas Relações Internacionais - e esta inclui, dentre muitos temas, a desmilitarização, com a transparência e a diminuição de armamentos, a busca por resoluções de conflitos regionais, e também a criação de organizações que busquem a manutenção da paz, como por exemplo a Organização das Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança. Nesse contexto, tendo a manutenção da paz como pressuposto, é cabível a preocupação dos Estados Unidos em combater atos terroristas e se destacar (ainda mais) no cenário internacional como Estado soberano e como Global Player.

Steve Smith (2000), em *The discipline of international relations: still an American social science?*, busca avaliar se a disciplina de Relações Internacionais ainda é uma disciplina dominada pelos Estados Unidos em termos de agenda política e orientação teórica, preocupando-se em estudar de que forma as preocupações políticas dos EUA são priorizadas pelas ciências sociais, uma vez que estes são responsáveis por dominar e guiar os desenvolvimentos da disciplina de Relações Internacionais. Visualizando que a comunidade

norte-americana domina o estudo das Relações Internacionais por meio do seu papel da produção da teoria, produção de conhecimento e, assim, os EUA continuam hegemônicos na disciplina e nos sistemas político e econômicos internacionais.

Para Smith (2000), as Relações Internacionais continuam a ser uma ciência social americana, tanto em termos de agenda política quanto em termos de epistemologia dominante e premissas metodológicas contidas nessa teoria. A comunidade norte-americana de Relações Internacionais domina o estudo da disciplina pois teve grande importância para a produção da teoria. Ou seja, os Estados Unidos afirmam a posse do poder da teoria, que por sua vez forma e constitui a realidade (segundo a visão norte-americana), o que implica que a teoria é domínio, e os EUA se preocupam mais com essa reivindicação da disciplina do que, por exemplo, em desenvolver teorias relevantes a níveis mundiais, uma vez que a política externa norte-americana levanta questões que não convergem com a agenda política de outras comunidades, constituindo uma relação de poder. Nas palavras de Smith:

No meu ver Relações Internacionais permanecem uma ciência social americana, tanto em termos da agenda política que as relações internacionais americanas exportam para o mundo, em nome de uma teoria relevante e em termos de pressuposições epistemológicas e metodológicas dominantes (e quase sempre) contidas naquela teoria. Esta última dominação é muito mais insidiosa do que a anterior, especialmente porque é apresentada na linguagem aparentemente neutra de ser “a ciência de empreendimento social”. (SMITH, 2000, p. 81).²⁸

As implicações desta forma de estudo das relações internacionais residem principalmente na forma como os Estados Unidos buscam privilegiar seus interesses nacionais e também como os estudos das Relações Internacionais se concentraram nas grandes potências e no equilíbrio bipolar do sistema internacional e isto gera uma exclusão para com os demais Estados, tornando uma forma particular de estudo das Relações Internacionais.

Smith (2000) ainda enfatiza que as Relações Internacionais são vistas como ciência social americana e a comunidade norte-americana de Relações Internacionais domina o estudo da disciplina pois teve grande importância para a produção da teoria, o que significa que as representações estão relacionadas à identidade de quem as produziu (norte-americanos) e que, por esse motivo, estes estabelecem o previamente mencionado discurso de identidade política como parâmetro ou referência para a política mundial.

²⁸ In my view IR remains an American social science both in terms of the policy agenda that US IR exports to the world in the name of relevant theory and in terms of the dominant (and often implicit) epistemological and methodological assumptions contained in that theory. This latter dominance is far more insidious than the former, especially because it is presented in the seemingly neutral language of being ‘the social science enterprise’ (SMITH, 2000, p. 81).

No caso da política externa norte-americana, os Estados Unidos levantam questões que não convergem com a agenda política de outras comunidades, constituindo uma relação de poder que de acordo com a perspectiva pós-estruturalista das Relações Internacionais produz mapas e limites que definem o que é ou não considerado como ciência.

Diante dos fatos supracitados, a discórdia entre Estados Unidos e Cuba advém como consequência da guerra entre capitalismo e comunismo; esta se perpetuou nos anos seguintes até que os EUA constataram que Cuba, nos últimos anos, vem assinando diversos acordos com a China e vem se dispondo a investimentos e parcerias estrangeiras, chegando inclusive a iniciar negociações com a União Européia para acordo comercial.

Em 29 de abril de 2014, a UE e Cuba iniciam negociações para acordo comercial que devem durar entre um e dois anos; salienta-se também que Cuba já vinha assinando acordos bilaterais com 15 países da União Européia e em 2014, recebendo nestes cerca de 80 milhões de euros da UE. Conjuntamente a estes fatos, o Jornal Carta Capital sobre Política Externa, afirma em reportagem intitulada "*Por que o Brasil está certo ao investir em Cuba*", que Cuba se localiza de maneira privilegiada geograficamente, o que fortalece iniciativas como a do porto de Mariel; e o porquê do Brasil ter investido neste projeto, sua população possui altos índices educacionais e o país é receptivo a investimentos e parcerias.

Para a Política Internacional, a reaproximação entre os governos de Cuba e dos Estados Unidos, bem como a retirada de Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo, soa como uma demonstração de que os Estados Unidos detém tanto o poder quanto o domínio perante os demais Estados, uma vez que possui a capacidade de influenciar outros atores no sistema internacional.

Esse poder e domínio remontam ao fim da II Guerra Mundial, em 1945, onde os Estados Unidos se estabeleceram de forma mais hegemônica e dominante das Grandes Potências mundiais. Como a guerra redesenhou o mapa mundial, adveio uma “cortina de ferro”, que dividia o mundo e recolocava a Rússia na condição de inimiga dos países anglo-saxões, agora sob liderança dos Estados Unidos. Essa ideia foi incorporada e transformada em fundamento ético da Doutrina Truman, anunciada em 1947 pelo presidente americano.

A Doutrina Truman era a nova estratégia global dos Estados Unidos: uma política de apoio permanente aos povos livres que queiram resistir à dominação de minorias armadas ou de forças externas; e de contenção permanente e global da União Soviética, uma política desenhada para confrontar os russos, com toda a força necessária, em todo e qualquer ponto

do mundo onde eles mostrem sinais de querer agredir os interesses de um mundo pacífico e estável.²⁹

Neste período, portanto, pode-se dizer que os Estados Unidos expandiram seu poder político através da competição militar com a União Soviética, uma potência com quem não mantinham relações de complementaridade econômica, e que, portanto, poderia ser destruída em caso de necessidade, sem ônus para a economia estadunidense. Ao mesmo tempo, expandiram sua riqueza através de relações econômicas complementares e dinâmicas, com competidores desarmados e que não possuíam capacidade de enfrentá-los militarmente.

Na década de 70, esse modelo entra em crise, e os Estados Unidos precisam encontrar uma nova estratégia. Tem-se assim, no governo Reagan, uma nova estratégia, que combina um messianismo anticomunista com liberalismo econômico, propondo-se a eliminar a União Soviética e construir uma nova ordem política mundial, sob o comando incontestado dos Estados Unidos. Pouco a pouco, o sistema mundial foi se modificando para essa nova ordem mundial com características mais imperiais que hegemônicas.

“O que a princípio parecia uma visão conspiratória, agora já parece um fato normal e consolidado: ganhou força no fim do século XX, um novo projeto de organização imperial do poder mundial (...) a possibilidade de fazer guerras, à distância e sem perdas humanas, e o controle de uma moeda internacional sem padrão de referência que não seja o próprio poder do emissor, mudaram radicalmente a forma de exercício do poder americano sobre o mundo. Com a eliminação do poder de contestação soviético e com a ampliação do espaço desregulado da economia mundial de mercado, criou-se um novo tipo de território submetido à senhoria do dólar e à velocidade de intervenção das suas forças militares.” (Fiori, 2001: 62-63).

Num contexto geopolítico, podemos identificar a política externa americana como um misto de dominação irrestrita e unilateral do mundo, porém também um imperialismo com objetivos “humanitários”. No balanço econômico, também vemos uma vitória dos Estados Unidos. Sua moeda é à base do sistema monetário internacional, e a dívida pública norte-americana havia se transformado no principal ativo financeiro de todos os governos do mundo.

No fim da década de 90, o poder militar americano havia se transformado na infraestrutura coercitiva de um novo tipo de “império militar mundial”. E o processo da globalização financeira havia universalizado a moeda e o capital financeiro norte-americano, chegando mais perto do que nunca de um “império financeiro global”.

²⁹ **Doutrina Truman** é o nome dado a uma política externa implantada durante o governo **Truman** e direcionada ao bloco de países capitalistas no período pré-Guerra Fria. Tal **doutrina** tinha como objetivo impedir a expansão do socialismo, especialmente em nações capitalistas consideradas frágeis.

Há também que dar um enfoque aos “dois pesos e duas medidas” com que os Estados Unidos lidam com os demais países. Vemos a “lei das selvas” para países teoricamente incapazes de assegurar seus próprios territórios nacionais, e uma “lei dos mercados”, para os demais que aceitarem pacificamente o imperialismo voluntário da economia global.

Os Estados Unidos tem a disposição de manter a dianteira tecnológica e militar perante todos os países, arbitrando isoladamente sobre quando e onde os seus adversários, reais ou não, devam ser contidos, agindo assim com mudanças de regimes, governos, através de uma intervenção mais indireta com a “mão do mercado” ou uma intervenção clara e militarmente direta. Os motivos são os mais variados, podendo ser humanitários, econômicos, ou pura e simplesmente reproduzir e expandir o poder americano.

Nas últimas décadas, os Estados Unidos definiram seu novo inimigo, e propuseram uma estratégia de cooperação global, com todas as grandes potências, para combater o “terrorismo internacional”. O problema é que o terrorismo é um inimigo que não se identifica com nenhum Estado, não tem território e não estabelece nenhum tipo de complementaridade econômica com o adversário. Ele é universal, inimigo da humanidade, e não de um Estado em particular; portanto, aceitar essa guerra contra o terrorismo é entrar numa guerra em que os Estados Unidos definem, a cada momento, quem é e onde está o adversário, numa guerra cada vez mais extensa e que não se aproxima do fim.

Essa estratégia de “Guerra ao Terror” cria uma situação de insegurança coletiva e permanente dentro do sistema mundial. Pois o adversário não é, a princípio, uma religião, ideologia, nacionalidade, civilização ou estado, podendo ser redefinido a cada momento pelos Estados Unidos, sendo assim variável e arbitrário. Nesse sentido, os mesmos se guardam no direito de fazerem ataques preventivos sempre que se sentirem ameaçados, nos quais, todo e qualquer Estado que eles considerem que existam bases ou apoio a ações terroristas.³⁰

Inicialmente, temos Cuba como uma possível “ameaça” aos Estados Unidos, patrocinador do terrorismo, e isso, contradizia com tudo que os norte-americanos vêm lutando veementemente nos últimos anos. Esse poder relativo concedeu a Cuba à possibilidade de barganha perante os Estados Unidos no momento em que os EUA buscaram uma reaproximação entre os dois países, pois o governo cubano exprimiu sua vontade de ser retirado da lista.

³⁰ Fiori, José Luís. "O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites." *O poder americano. Petrópolis: Vozes* (2004): 67-110.

No entanto, o que de fato possibilitou que isso ocorresse, foi a deliberação final dos Estados Unidos, sobretudo, considerando que essa decisão possibilitaria vantagens econômicas e políticas ao governo americano no cenário global.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o “fato formal” (por si só) da retirada do “nome” de Cuba, da lista em estudo, pode/deve não ter efeito imediato/efetivo, sobre as marcas acaso produzidas no País/povo daquela nação, nas situações reais onde a participação/influência/ação de grupos/pensamento/doutrina voltadas ao terrorismo, efetivamente já deixou convicções solidificadas; é o que, em outros termos, novamente, nos ensina Thalheimer:

Mas seria falso acreditar que, com isso, a própria ação dos povos e dos estados assim influenciados esteja eliminada para sempre. Os povos não são apenas peças de xadrez no jogo da política internacional. A estratégia dos estados dominantes em ambos os campos é uma coisa, a vida própria dos povos e sua ação, segundo seus próprios antecedentes de classe e suas necessidades, são outra coisa — e as contradições desses dois fatores pertencem ao quadro da realidade, não são momentos que se possam omitir do jogo de forças. Mas também vale o contrário: as lutas de classes espontâneas dos povos e estados em um ou outro campo não podem simplesmente abstrair o quadro geral da política internacional. Aqui domina a interação mais estreita e multiforme (THALHEIMER, 1946).

Na prática, a remoção de Cuba da lista de patrocinadores do terrorismo, abriu caminho para que os EUA reabrissem sua embaixada em Havana, e da mesma forma, que Cuba reabrisse sua embaixada em Washington, um grande passo na normalização das relações. É, também, uma medida que carrega forte simbolismo, por mudar oficialmente a forma como o governo americano enxerga o governo cubano e a forma como estes Estados se relacionam em suas relações diplomáticas, deste fato em diante.

Por outro lado, no que pese ter Raúl Castro, agradecido o apoio dos demais países latinoamericanos para que Cuba passasse a integrar o encontro, e se disse aberto a avançar com o diálogo com os Estados Unidos; ele ponderou, porém, que "uma coisa é estabelecer relações diplomáticas, outra coisa é o embargo", cobrando Washington a pôr fim ao bloqueio econômico, há muito imposto a Cuba³¹

Portanto, no que tange as relações entre Estados Unidos e Cuba, ainda há um vasto caminho a ser percorrido para que se possa afirmar que os países possuem uma relação amigável e diplomática. Há, primeiramente, o desacordo estadunidense sobre a forma de

³¹FELLET, JOÃO. Em reunião histórica, Obama e Raúl Castro trocam afagos. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150411_reuniao_obama_raul_pai_jf>. Acesso em Setembro de 2016

governo Cubano e ainda há, majoritário, o embargo econômico, imposto a Cuba por motivos ideológicos ainda na Guerra Fria, e perpetua-se até hoje. O primeiro passo para reestabelecer as relações econômicas foi dado, e cabe ao futuro e aos próximos governos de ambos os países continuarem essa construção.

CUBA'S WITHDRAWAL OF TERRORISM SPONSORS LIST AND IMPLICATIONS ON INTERNATIONAL POLICY

Ismênia Barbosa de Oliveira Lima Costa

ABSTRACT

The paper aims at examining the internal and external impacts from the removal of Cuba from the terrorism sponsors list and what the implications of this action for International Policy. The issue focuses on the fact that international terrorism is seen as one of the ways used by states and actors (organizations, governments, institutions) in pursuit of their goals. Therefore, initially, briefly discuss the conceptualization of terrorism and its power of influence within the International Policy; second, we will trace the history of Cuba from the list of terrorism sponsoring countries as well as the history of diplomatic relations with the United States; Finally, we analyze the current situation in which these are diplomatic relations between those States after removal of Cuba from the list of sponsoring countries and the implications of this withdrawal on International Policy. The methodology used in this study is guided in literature searches related to the mentioned topics, with emphasis on the qualitative method and case study to establish greater dialogue between theory and practice.

KEYWORDS: Terrorism. Cuba. International Policy.

REFERÊNCIAS

BALDWIN, David A. Power and International Relations. In: W. Carlsnaes, T. Risse, & B. Simmons (Eds.). **Handbook of International Relations**. Londres: SAGE Publicações Ltd., 2013.

BBC. **EUA retiram oficialmente Cuba de lista de patrocinadores de terrorismo**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150529_cuba_saida_oficial_lista_eua_fn>. Acesso em: 26 jun. 2015

CARTA CAPITAL. **Por que o Brasil está certo ao investir em Cuba**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/por-que-o-brasil-esta-certo-ao-investir-em-cuba-1890.html>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

CUBAMINREX, Sitio Oficial del Ministerio de Relaciones Exteriores de Cuba. **Canciller cubano recibe a senadores de los Estados Unidos.** Disponível em: <<http://www.cubaminrex.cu/es/canciller-cubano-recibe-senadores-de-los-estados-unidos>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

CUBAMINREX, Sitio Oficial del Ministerio de Relaciones Exteriores de Cuba. **Closer to restoring relations.** Disponível em: <<http://www.cubaminrex.cu/es/node/31472>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

DUPUY, Jean-Pierre. State Sponsors of Terrorism: Issues of Responsibility. In: BIANCHI, Andrea (Ed.), **Enforcing International Law Norms against Terrorism.** Oxford, UK and Portland, OR: Hart Publishing, 2004. (p. 3-16)

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Country Reports on Terrorism 2013.** Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/225886.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Country Reports on Terrorism 2014.** Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/239631.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Country Reports on Terrorism 2015.** Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/258249.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

EZELDIN, Ahmed. **Terrorism and Political Violence: An Egyptian Perspective.** Chicago: **Office of International Criminal Justice**, University of Illinois at Chicago, 1987. p.35.

FIGUEIREDO, Fillipe. **O que você precisa saber para entender a reaproximação de Cuba e EUA.** Disponível em: <<http://xadrezverbal.com/2014/12/18/o-que-voce-precisa-saber-para-entender-a-reaproximacao-de-cuba-e-eua/>>. Acesso em 25 jun. 2015.

FRANCHINI NETO, Hélio. **A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a07v48n2.pdf>> Revista Brasileira de Política Internacional, v. 48, n. 2, p. 129-151, 2005. Acesso em 20 ago. 2016.

FREITAS, Jan Marcel de Almeida; GUERRA, Gustavo Rabay. **Terrorismo na América Latina: Conceitos, Direito Internacional e o Caso Colombiano.** Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7a99d93f4103a8e0>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

HUSEK, Carlos Roberto. **A Nova (des) Ordem Internacional: ONU, uma vocação para a paz.** São Paulo: RCS Editora, 2007.

KIRAS, James D., Terrorism and globalization. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve. **The Globalization of World Politics.** Oxford: Oxford University Press, 2001. (p. 372-385)

LAMRANI, Salim. **Cuba, Estados Unidos e a luta contra o terrorismo.** Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/29299/cuba+estados+unidos+e+a+luta+contra+o+terrorismo.shtml>>. Acesso em: 17 jun. 2015

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.

O GLOBO. JORNAL NACIONAL. **Estados Unidos e Cuba restabelecem relações diplomáticas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/estados-unidos-e-cuba-restabelecem-relacoes-diplomaticas.html>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

O GLOBO. JORNAL NACIONAL. **União Européia e Cuba iniciam negociações para acordo comercial**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/uniao-europeia-e-cuba-iniciam-negociacoes-para-acordo-comercial.html>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

ONU. STATEMENT BY CUBA. **Statement by H.E. Mr. Felipe Perez Roque Minister of Foreign Affairs of the Republic of Cuba, United Nations General Assembly, 14 september 2002, New York**. Disponível em: <<http://www.un.org/webcast/ga/57/statements/020914cubaE.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

OUELLET, Geneviève. **Définitions du terrorisme**. 2006. Disponível em: <<http://www.erta-trcg.org/analyses/definitions.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

POLETTI, Ricardo dos Santos. **Terrorismo e Contra-Terrorismo na América Latina: as políticas de segurança de Argentina, Colômbia e Peru**. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5548>. Acesso em: 27 de jun. 2015.

RAPOPORT, David C. **The Four Waves of Rebel Terror and September 11**. *Anthropoetics* 8, no. 1, 2002.

SELIS, Lara Martim R.; GALLO, Rafael Mandagaran; MASO, Tchella Fernandes. **O Terrorismo como Agenda das Relações Internacionais: Novos Debates, Velhas Problemáticas**. In: *Meridiano 47*, vol. 12, n. 127, set.-out. (p. 50-57)

SMITH, Steve. **The discipline of international relations: still an American social science?** *British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 2, No. 3, October 2000. (p. 374-402)

TERRA. AMÉRICA LATINA. **Cuba sai da lista de patrocinadores do terrorismo dos EUA**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/america-latina/cuba-sai-oficialmente-da-lista-de-patrocinadores-do-terrorismo-dos-eua,493e02f32413b8b083ae693ea03b9ccx9zRCRD.html>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

THALHEIMER, August. **Linhas e Conceitos Básicos da Política Internacional Após a II Guerra Mundial**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/thalheimer/1946/mes/linhas.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

ÚLTIMO SEGUNDO – IG. **Obama aprova retirada de Cuba da lista de patrocinadores do terrorismo**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2015-04-14/obama-aprova-retirada-de-cuba-da-lista-de-patrocinadores-do-terrorismo.html>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

WEINBERG, Leonard. PEDAHZUR, Ami. HIRSCH-HOEFLER, Sivan. **The Challenges of Conceptualizing Terrorism.** 2004.